

Ensaio

# Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar

**Jean-Marc Besse**

Université Paris I – Sorbonne  
Centre National de la Recherche Scientifique

p. 241– 252

revista

**Geo**   
**USP**  
espaço e tempo

**Volume 18, nº 2 (2014)**

ISSN 2179-0892

Artigo disponível em:

<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/84455>

**Como citar este ensaio:**

BESSE, J -M. Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar. Trad. Eliane Kuvasney e Mônica Balestrin Nunes. *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)* São Paulo v. 18 n. 2 p. 241-252, 2014.



Este artigo está licenciado sob a Creative Commons Attribution 3.0 License.

# Entre a geografia e a ética: a paisagem e a questão do bem-estar<sup>1</sup>

Jean-Marc Besse

**P**artirei de uma observação banal: não consideramos sempre as paisagens sob o mesmo ângulo, nem a partir do mesmo ponto de vista. Podemos vê-las do alto, como um pássaro, ou a partir do topo de uma montanha, numa espécie de afastamento e de obliquidade sintética, ou as olhamos a partir delas mesmas, ou seja, de seu interior, e vemos as coisas, por assim dizer, por seu contorno, pelos lados, e nunca realmente de maneira completa. Essas duas maneiras de ver, a visão vertical, assim como a visão lateral, a síntese e o movimento, fazem parte, ambas, da nossa relação com a paisagem. É geralmente nossa relação visual com a paisagem divide-se em uma ampla gama de olhares, ângulos e pontos de vista que não são sempre compatíveis, mesmo que coexistam.

Mas o que me interessa, sobretudo, é que estes olhares diferentes inspiram situações espaciais diferentes, e implementam regimes de espacialidades diferentes. Há, por assim dizer, uma espacialidade do vertical ou do oblíquo, uma espacialidade do distante e do projetado, e uma espacialidade do próximo, uma espacialidade lateral, que naturalmente coexistem, ou até mesmo fundem-se, a maior parte do tempo, nas experiências que fazemos do nosso meio. Mas não é sempre o caso.

Esta questão da diversidade dos regimes de espacialidade poderia ser retomada ou estendida sobre outro registro, mais geral, que seria o de uma antropologia histórica que trataria das modalidades diferentes da construção, da percepção e da experiência do espaço, de acordo com os lugares, as épocas, as culturas, mas também de acordo com as situações concretas, perceptivas, subjetivas, onde nos encontramos. De maneira geral, seria necessário retornar sobre o conceito de espaço e o significado que lhe atribuímos.

---

<sup>1</sup> Conferência proferida em 25 de fevereiro de 2014 no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana – FFLCH – Universidade de São Paulo.

Seria necessário se habituar, nessa perspectiva, a não mais considerar o espaço (e em especial o espaço geográfico) como um absoluto, como um quadro englobante, neutro, no interior do qual qualquer realidade seria colocada, os mundos, os homens etc. Tornou-se necessário abrandar o conceito de espaço e em especial de relacionar espaço e atividade: o espaço é “o espaço da atividade”. Isso quer dizer, também e por consequência: o espaço das *relações* (porque atividades = interações, relações) e o espaço dos *significados* (porque atividades = objetivos, intenções, finalidades). Como escreveu o filósofo alemão Ernst Cassirer (1995 p. 109): “O espaço não é uma estrutura estritamente dada, fixada de uma vez por todas; ele não adquire esta estrutura a não ser por meio da organização geral do sentido na qual se realiza a sua edificação. A função do sentido é o momento primeiro e determinante, a estrutura do espaço o momento secundário e dependente”.

A consequência direta das palavras de Cassirer é a seguinte: é necessário pensar a pluralidade e a coexistência das espacialidades, das formas de espaço, dos regimes culturais e sociais da espacialidade, em relação à pluralidade dos horizontes de sentidos e dos regimes de percepção onde eles se definem. Esta diversidade atravessa igualmente as paisagens, as concepções que podemos ter, as maneiras de percebê-las, bem como as maneiras de fabricá-las. É o que gostaria de evocar agora.

## I A crítica da paisagem clássica

O que podemos dizer hoje da paisagem? Como a definimos? Durante uma boa parte do século XX, a geografia humana concebeu a paisagem como uma realidade territorial, uma realidade considerada como a expressão visível das sociedades que contribuem para produzi-la. Esta maneira de conceber a paisagem juntava-se às definições clássicas que apresentavam a paisagem como a parte do país oferecida à vista de um espectador, geralmente situado sobre uma elevação. Continuamos, hoje ainda, a perceber, pensar, praticar, ou mesmo fabricar a paisagem e a vendê-la (de fato e em imagem), em função desta definição.

No entanto, como se sabe, há vinte anos, essa maneira de considerar a paisagem e defini-la foi submetida a uma série de operações críticas de “desconstrução”, tanto no campo da história como no das ciências sociais. Um número muito importante de trabalhos de inspiração culturalista e semiótica foi posto em prática, desenvolvendo e ilustrando a ideia segundo a qual a paisagem deveria ser compreendida não mais como uma realidade territorial objetiva, mas, sobretudo como uma forma do olhar, uma maneira de ver e representar o mundo circundante, como uma imagem projetada sobre o mundo. A paisagem, ou mais exatamente, o olhar paisagístico, corresponderiam ao desdobramento e a projeção sobre o mundo exterior de uma estrutura mental ou um código cultural, cujas origens deveríamos procurar ao lado da história da pintura, principalmente.

Na mesma perspectiva, a paisagem foi igualmente relacionada a universos que não são mais limitados unicamente à esfera da arte, mas que se situam na articulação da estética com outras dimensões da cultura, como a ciência, a religião, a política notadamente. Em outros termos, é do ponto de vista da história das culturas visuais modernas que os historiadores, os sociólogos, os geógrafos passaram a considerar a paisagem, e procuraram elucidar o papel que as representações da paisagem têm desempenhado no desenvolvimento destas culturas visuais.

A geografia cultural de inspiração crítica admite hoje, de maneira geral, que a representação moderna da paisagem corresponde em verdade a uma produção ideológica da cultura moderna. É o sentido da proposta de James e Nancy Duncan (2001 p. 221): “Pode-se dizer que um dos papéis principais desempenhados pela paisagem no processo social é de ordem ideológica, servindo de suporte a um conjunto de ideias e de valores, para hipóteses incontestadas sobre a maneira como uma sociedade é ou deveria ser organizada”.

Assim, a paisagem teria sido desenhada e construída como uma relação imaginária com a natureza, uma relação graças à qual a aristocracia e a burguesia puderam representar-se elas mesmas e o seu papel na sociedade. Esta percepção da paisagem do mundo, com efeito, acompanhou o aparecimento e o desenvolvimento do capitalismo europeu, ou seja, a transformação do território simultaneamente em mercadoria e em espetáculo para contemplar visualmente do exterior. A paisagem, mais precisamente, teria servido ideologicamente para “naturalizar” a dimensão desigual das relações sociais, e para ocultar a realidade dos processos históricos e conflituosos.

As ciências sociais contemporâneas acrescentaram várias características suplementares a esta instituição burguesa que seria a cultura paisagística europeia. Sintetizo-as esquematicamente: (1) é uma cultura que põe o olho e a visão no centro do processo de percepção da paisagem, em detrimento dos outros sentidos, (2) é uma cultura principalmente europeia, ocidental, branca, em detrimento dos outros modelos culturais de relação com a paisagem, (3) é uma cultura essencialmente masculina, (4) a representação da paisagem corresponde à implementação de um espaço de controle de tipo militar, (5) as imagens de paisagem desempenharam um papel fundamental na constituição dos imaginários nacionais, ou mesmo, nacionalistas, (6) por último, a *imagerie* paisagística, sob todas as formas, sejam artísticas ou midiáticas, desempenhou um papel decisivo na “naturalização” das empresas coloniais.

No geral, se eu resumir algumas observações, do ponto de vista da teoria crítica, a representação moderna da paisagem, pelo menos na sua definição corrente, corresponderia a uma construção cultural de tipo ideológico, cuja vocação seria, entre outras coisas, mascarar por uma série de artifícios imaginários a realidade dos conflitos sociais e políticos. Ao inverso, uma abordagem crítica da paisagem teria, como tarefa principal, superar estas diversas operações, se podemos dizer, e encontrar, por trás das representações paisagísticas os processos históricos que lhes deram origem.

Não se trata, para mim, de colocar em causa essa perspectiva que procura desconstruir de maneira crítica as representações tradicionais da paisagem. Subscrevo inteiramente o contrário. Essa abordagem culturalista das representações da paisagem deu e continua dando os seus frutos, tanto do ponto de vista crítico quanto em relação a uma versão mais positiva.

Contudo, parece-me que encarar a paisagem unicamente desta maneira, ou seja, como um olhar, uma representação, uma imagem ou uma projeção da cultura negligencia numerosos outros aspectos da paisagem, e notadamente as suas ancoragens ontológicas, existenciais e materiais.

Eu gostaria, sobretudo a esse respeito, dar conta de um movimento crítico e problemático ao qual assistimos hoje no domínio das pesquisas sobre a paisagem, e propor alguns comentários relativos ao desafio deste movimento.

Para revelar os desafios da questão que quero abordar agora, é necessário mais uma vez retornar rapidamente à definição tradicional da paisagem, que a apresenta como um espetáculo visual obtido a partir de uma elevação, como um panorama. A paisagem seria a parte do território que podemos alcançar pela vista, mas a certa distância, recuando um passo, por assim dizer. As noções de distância e de recuo em relação ao território têm um papel decisivo aqui. Por um lado é graças a este *distanciamento*, graças a este colocar-se em perspectiva que a paisagem poderia *aparecer*, frente aos olhos do espectador, do viajante, do turista. Mas, sobretudo e por outro lado, a paisagem existe frente a um espectador que é *exterior* ao mundo que aparece na frente dos seus olhos. Do ponto de vista desta definição clássica, a paisagem corresponderia à implementação de certo sentido e de certa prática do espaço, caracterizados pela visibilidade, pela distância e pela exterioridade. São justamente estes pontos, e precisamente o tipo de experiência de espaço que é induzido por esta concepção da paisagem, que é necessário discutir e comentar. O que é hoje a *distância* na paisagem? O que é, de modo mais geral e em última análise, o *espaço da paisagem*?

## II Bem-estar e paisagem: a dimensão ética

Para responder a estas questões, eu queria, num primeiro momento, ligá-las à perspectiva do bem-estar individual e coletivo a respeito da paisagem.

Como vocês sabem, a questão do bem-estar tem uma carga política, ela é particularmente uma dimensão fundamental das reflexões que acompanharam (e continuam a fazê-lo) a concepção e a implementação da Convenção europeia da paisagem. Eu lembro uma passagem importante do preâmbulo desta Convenção, que apresenta precisamente a paisagem como “um elemento essencial do bem-estar individual e social” e que insiste, nesta perspectiva particular do bem-estar, por um lado sobre a necessidade de proteger, de restaurar, mas também de promover paisagens de qualidade, e por outro lado, sobre a responsabilidade de cada um em relação a essas exigências. Os transformadores e criadores de paisagem que são em particular os paisagistas, os arquitetos, os urbanistas só podem se sentir interpelados por esta espécie de responsabilidade moral, política, e simplesmente humana, que lhes é atribuída: dentre todos os desafios e todos os significados de sua atividade de projeto, há a preocupação do bem-estar das pessoas e dos grupos que serão levados a viver nestas paisagens produzidas, organizadas, transformadas.

Mas imediatamente um conjunto de questões vem ao espírito abrangendo o significado dos termos utilizados na Convenção. Como, por exemplo, devemos compreender a noção de “bem-estar” quando aplicada à paisagem? O que significa precisamente a noção de qualidade paisagística? Como a paisagem pode, e pôde historicamente, responder a essa exigência do bem-estar, que é apresentada como constitutiva da Convenção europeia?

Na verdade, essa perspectiva ética e *política* do bem-estar paisagístico não nasceu com a Convenção europeia. Ela procede de uma corrente de pensamento mais geral que se recusa a restringir a paisagem a abordagens que seriam estritamente, puramente e simplesmente artísticas (para dizer rapidamente). Ao contrário, se trataria de articular as reflexões sobre a paisagem com as interrogações do tipo social e econômico, ou cultural, por exemplo. A paisagem não pode ser considerada apenas um objeto ou um campo de exercício artístico: ela contém

também desafios sociais, culturais e econômicos, até mesmo políticos e, sem dúvida também, de agora em diante, ambientais e sanitários, desafios que devem ser levados a sério e que, sem considerá-los, a noção de bem-estar não tem muito sentido.

A que remete a noção de bem-estar, de maneira geral? Numa primeira análise poderíamos dizer que o fato de estar bem, se sentir bem, remete à satisfação de necessidades (necessidades de diferentes naturezas, eu voltarei a isso, mas resta dizer que estar bem, é estar num estado agradável). Em outras palavras, a noção de bem-estar corresponde ao desaparecimento ou à ausência de um estado de falta, um estado de falta que pode ser uma dor, um sofrimento ou pelo menos desconforto. No bem-estar há a ideia do pleno, da saciedade, da plenitude, há a ideia de uma espécie de espera, que foi preenchida de tal modo que não pedimos mais nada além (ou ao menos provisoriamente: pois no caso das necessidades puramente fisiológicas há uma espécie de ciclo). Como se sabe, os filósofos, desde Sócrates e Platão, se perguntaram muito sobre o que podem ser uma verdadeira satisfação ou um verdadeiro bem-estar e como se pode atingi-los: qual a atividade e qual o objeto que podem permitir ao ser humano estar bem, sentir-se bem de maneira durável, senão permanente, em suma, de estar realizado, completo? Como vemos, falar de bem-estar em relação à paisagem pode nos levar longe...

Em todo caso, em se tratando da descrição das necessidades às quais a paisagem poderia responder, eu encontro no historiador da paisagem americano John Brinckerhoff Jackson uma indicação preciosa. Eu cito:

É assim que deveríamos considerar as paisagens: não somente em função de sua aparência ou de sua conformação a tal ou tal ideal estético, mas também de acordo com sua maneira de satisfazer as necessidades elementares como a de dividir algumas de suas experiências sensoriais numa situação familiar: canções populares, pratos populares, uma espécie particular de clima que supostamente não se encontra em nenhuma outra parte, um esporte ou jogo especial, que só se praticaria naquele lugar. Estas coisas que nos lembram do que nós somos, ou que vimos, de um lugar particular: um país, uma cidade, um bairro. Uma paisagem deveria estabelecer um laço entre as pessoas, o laço que cria a língua, as maneiras, a prática do mesmo tipo de trabalho ou de lazer, mas sobretudo uma paisagem deveria conter o tipo de organização espacial que favorecesse essas experiências e essas relações: espaços para se reunir, para celebrar, e espaços para a solidão, espaços que não mudam nunca e permanecem sempre tal como a memória os pinta para nós. São estas algumas características que dão a uma paisagem seu lado único, que lhe dão um estilo, e que fazem com que nos lembremos delas como emoção (2005, p. 42).

Assim, as necessidades às quais responde (ou poderia responder) a paisagem, segundo Jackson, não são apenas biológicas, elas são também políticas, sociais, simbólicas, afetivas, espirituais. É a diversidade destas necessidades às quais ela deve responder que faz, me parece, a riqueza e a complexidade da paisagem do ponto de vista da experiência humana. Se podemos dizer que a paisagem faz parte da vida de cada um, que ela não é simplesmente uma imagem a contemplar (mesmo que ela também seja isto), é justamente porque ela está profundamente



envolvida nessa interrogação humana sobre o sentido da existência pessoal (e coletiva) e sobre as necessidades que é preciso satisfazer para viver bem. Em outras palavras a paisagem está profundamente envolvida no valor de nossa vida, em nossa maneira de estar no mundo e de habitá-lo. O paisagista e, de maneira geral, os atores que intervêm na produção, na transformação e na manutenção das paisagens são, por assim dizer, responsáveis pelos espaços que são condições necessárias à satisfação de nossa vida.

Então a questão a ser colocada, referente à noção de sustentabilidade ou durabilidade das paisagens seria esta, me parece: Sobre qual plano devemos nos colocar, intelectualmente falando, mas não só, para alcançar esta maneira de encarar a paisagem, ou seja, como fazendo parte de nossa vida e acompanhando a expressão e a satisfação de nossas necessidades? Como podemos compreender, no sentido específico deste termo, que a paisagem está integrada às nossas existências, e que ela não é apenas uma imagem exterior? Em outras palavras, como levar a sério a ideia que a paisagem pode ser geradora de bem-estar?

Na verdade, eu creio que não pode haver uma verdadeira consideração do bem-estar paisagístico se não existe, previamente, um gosto pela paisagem, mais precisamente se não há em nós uma espécie de disposição favorável, positiva, em relação às paisagens. Dito de outra forma é preciso um tipo de simpatia pelas paisagens, uma disposição de se deixar tocar por elas. É preciso saber se tornar disponível para as paisagens e saber ir ao seu encontro. É o que eu chamo aqui o gosto da paisagem. Mas como desenvolver este gosto pelas paisagens?

### **III Estar engajado na paisagem: uma geografia do corpo sensível**

Reiniciemos então a partir da observação fundamental do historiador e teórico da paisagem estadunidense John Brinckerhoff Jackson (2003, p. 262):

Nós não vemos [a paisagem] como separada de nossa vida de todos os dias, e na realidade nós acreditamos agora que fazer parte de uma paisagem, emprestar a ela nossa identidade, é uma condição determinante de nosso estar no mundo, no sentido mais solene da palavra. É esse significado consideravelmente ampliado da paisagem que torna uma nova definição tão necessária hoje.

O diagnóstico de Jackson é absolutamente claro. Nós temos necessidade de uma nova definição de paisagem, e esta nova definição compreende uma nova compreensão da presença humana na paisagem. Mais precisamente, a paisagem é indicada por Jackson não como o que está diante do ser humano, como um objeto a olhar ou a transformar, mas ao contrário, como uma dimensão de seu ser. Mas então, se a paisagem faz parte de nosso estar-no-mundo, se ela é um de seus elementos constitutivos, até mesmo fundadores, de nossas identidades pessoais e coletivas, e mais ainda se ela é correlativa da formação e da formulação de necessidades existenciais, nós não podemos mais falar dela em termos da visão, do espetáculo, da exterioridade e da distância. Ao contrário, parece necessário encarar a paisagem a partir das noções tais como as de “engajamento” ou “envolvimento” (com a paisagem). Nós “estamos na paisagem” seria a fórmula equivalente a “nós estamos no mundo”. Há uma substância da paisagem da qual nós participamos, da qual nós fazemos parte. É esta noção de um “estar no mundo” paisagístico que eu gostaria de explorar aqui.

Nós deveríamos nos habituar, parece, à ideia de que as paisagens são ambientes nos quais estamos mergulhados, antes de ser objetos para contemplar. Elas não são feitas, a princípio, para serem vistas. Nós habitamos as paisagens antes de vê-las. Mais precisamente, seria preciso dizer: mesmo se nós olhamos a paisagem, nós não podemos pretender vê-la do exterior, numa espécie de representação soberana. Nós a vemos do interior por assim dizer, nós estamos nas entranhas do mundo, o que corresponde melhor à noção de uma *implicação* no mundo. É isso que diz de outra maneira o antropólogo Tim Ingold (2000, p. 207):

A paisagem [...] não é uma totalidade sobre a qual você ou quem quer que seja pode focalizar o olhar, ela é antes o mundo no interior do qual nós nos acalantamos, mantendo um ponto de vista sobre o que nos cerca. E é no contexto deste interesse atento na paisagem que a imaginação humana trabalha, elaborando ideias a seu respeito. Pois a paisagem, para emprestar uma frase de Merleau-Ponty, não é tanto o objeto quanto a pátria de nossos pensamentos.

Mas então, se a paisagem corresponde ao nosso envolvimento no mundo, isso quer dizer que ela não está longe de nós, no horizonte, mas que, ao contrário, ela está próxima, que nós estamos em contato com ela, que ela nos envolve, por assim dizer. Poderíamos mesmo dizer que é esse contato, esse conjunto de contatos com o mundo ao redor, enfim, essa experiência física que faz paisagem, que faz a paisagem.

A sociologia e a antropologia dos sentidos, a geografia cultural, a história das sensibilidades, a estética filosófica e também numerosos estudos sobre os ambientes urbanos, revelaram o que a paisagem suportava de uma dimensão da relação humana no mundo e à natureza que a ciência moderna havia deixado de lado: a relação direta, imediata, física, com os elementos sensíveis do mundo terrestre.

A água, o ar, a luz, a terra, antes de serem objetos de ciência são aspectos materiais do mundo abertos aos cinco sentidos, à emoção, a um tipo de geografia afetiva que repercute nos poderes de retenção que têm os lugares na imaginação. A paisagem seria da ordem da experiência vivida, no plano da sensibilidade.

Mais precisamente a paisagem seria da ordem da experiência polissensorial (eu voltarei a essa expressão), em oposição às empresas “anestésicas” (R. Sennett) que caracterizam o mundo moderno e contemporâneo. Contra a fobia moderna do contato com o mundo e com os outros, a paisagem afirmaria esse papel central das experiências sensoriais na produção das identidades territoriais. Mas a questão seria então a seguinte: como reconhecer a “polissensorialidade” própria da paisagem, e, sobretudo, como alcançá-la? Como alcançar a paisagem como meio sensorial?

Seria preciso ressaltar aqui toda a importância da noção e da experiência da *exposição*: a experiência da paisagem é “se expor a”, “expor seu corpo a”. Afirmar a paisagem é afirmar que é *lá fora* que isto se passa, ou seja, no encontro da exterioridade sob suas formas mais concretas (luz, temperatura, qualidade do ar, odores etc.).

Assim, o corpo ocupa um lugar central nas ambiências e experiências paisagísticas. Mais precisamente, o corpo sensível é como o centro e a condição da possibilidade de experiência da paisagem. Mas a que remete a noção de “corpo sensível”? É preciso lembrar a distinção, clássica desde Husserl e Merleau-Ponty, entre o conceito de corpo considerado como objeto físico



neutro (o corpo das ciências físicas não é nada mais que um ponto material ao qual atribuímos propriedades diversas, peso, tamanho, etc, mas é um ponto que na realidade não existe: é uma realidade teórica, elaborada pela ciência), o corpo vivo sentido, vivido, provado interiormente, nosso próprio corpo. Existe, digamos ainda para marcar essa distinção, de um lado, o corpo que eu tenho e que pode me parecer, às vezes, estranho a mim mesmo e, de outro, o corpo que eu sou, o corpo que eu vivo, por assim dizer “do interior”, meu corpo vivente.

É o corpo vivo que é o corpo sensível das experiências paisagísticas polissensoriais, que é o centro dos afetos, o centro e receptáculo das espacialidades afetivas. A noção de “habitação”, nessa perspectiva, adquire uma carga ontológica e fenomenológica decisiva: é por nosso próprio corpo que nós habitamos o mundo. É outra geografia do mundo que é aqui proposta e colocada em prática.

Portanto, para mim, não se trata de concluir que as concepções visuais e representativas da paisagem são falsas. Tal afirmação não teria sentido. Entretanto, na perspectiva que eu adoto aqui, podemos considerar que essas concepções são epistemologicamente insuficientes porque elas não dão conta da complexidade e da diversidade das experiências paisagísticas, experiências que não são todas, e nem *unicamente*, da ordem da visão perspectiva e do distanciamento, ou seja, da ordem da representação, no sentido que as ciências da cultura deram a este último termo. Em outras palavras, algumas experiências paisagísticas contemporâneas colocam em prática um novo sentido do espaço, um sentido não visual, e se forma num tipo de proximidade com o mundo que se deveria perceber. O que seria necessário sem dúvida interrogar de maneira mais aprofundada, mas, que não posso fazer no âmbito dessa proposta, seria a possibilidade de um tipo de olhar não submetido às exigências da representação “clássica” que eu acabei de evocar, ou seja, da ordem da perspectiva e do distanciamento.

Tomo dois exemplos que não desenvolverei.

Desde os anos 1970, na sequência dos trabalhos fundadores do músico canadense Raymond Murray Schaffer, fala-se em “paisagem sonora” (*soundscape*) para designar “o que no ambiente sonoro é perceptível como unidade estética” (J. F. Augoyard). Murray Schaffer mostrou muito bem em seu trabalho fundador *Le paysage sonore* como o mundo natural é gerador de sonoridades identificáveis (a chuva, os animais, a neve) e, sobretudo, como essas sonoridades podem ser consideradas características dos lugares de onde se elevam. E mesmo para o mundo humano, notadamente urbano (as vozes, as máquinas, os deslocamentos dos automóveis, a ressonância dos solos), cujas sonoridades se modificaram na história e em relação com as transformações da vida social, urbana, econômica. Há uma história e uma geografia sonoras do mundo. Em consequência, os lugares e os espaços não são só visíveis, eles são igualmente audíveis. Eles liberam sonoridades particulares que de certa maneira “geram paisagem”, no sentido de que estas sonoridades constituem a atmosfera ou a ambiência características destes lugares.

Segundo exemplo: não existe somente uma sonoridade das paisagens. As paisagens desenvolvem odores específicos, por exemplo, a tal ponto que é possível falar de um tipo de organização olfativa, e não visual, do espaço nas paisagens naturais e urbanas. A organização espacial da paisagem olfativa (ou *smellscape*) se caracteriza pelo seu aspecto descontínuo, fragmentado, episódico e até mesmo se é possível (pelo menos foi tentado) fazer uma cartografia.

Essa geografia olfativa foi bem estudada por Alain Corbin (2008) e por outros historiadores, geógrafos e antropólogos das sensibilidades (Howes, 2003; Porteous, 1990) que retraçaram a história das culturas olfativas, mas também da “desodorização” do mundo moderno, e mais precisamente do espaço público (da rua), à qual nós assistimos hoje.

Esses dois exemplos nos indicam que ao lado do espaço óptico, e sem dúvida se misturando com ele, há outros sistemas de construção da espacialidade na paisagem.

Mais precisamente: existe também na paisagem uma espacialidade do próximo, do contato e da participação com um ambiente exterior que é compreendido como complexo, ou seja, como uma atmosfera composta de diversas dimensões sensoriais (sonoras, táteis, olfativas, visuais etc.) que interagem na realidade e na qual o corpo está como que “mergulhado”. De maneira mais geral, seria possível se interrogar sobre a coexistência e as transições entre diversos níveis ou formas de espacialidade no interior do que chamamos “a paisagem”: isto é, o visual, o tátil, o olfativo, o sonoro. Na experiência que temos das paisagens, nós estamos envolvidos simultaneamente em diversos tipos de espaços sensoriais, que se coordenam, mas permanecem distintos. E, ao fim das contas, nós somos levados hoje a questionar e a relativizar as concepções estritamente “visuais” e “representativas” da paisagem, pelo menos tais como elas foram desenvolvidas no domínio das ciências sociais nos últimos vinte anos, e isto em proveito de uma abordagem polissensorial e não representativa dos espaços paisagísticos, os quais seria necessário, de agora em diante, levar em conta.

#### IV Qual é a história da paisagem europeia?

Agora, vou deixar de lado as considerações fenomenológicas, e me dirigir a uma exploração de tipo histórico ou historiográfico, onde poderíamos encontrar os elementos de uma alternativa ou de uma tensão equivalentes àquelas que há pouco descrevi tratando dos modos de espacialização presentes na paisagem.

Com efeito, os trabalhos recentes dos historiadores da paisagem que solicitam outros arquivos que não os da história da arte, em especial os que trazem a história da noção de paisagem na Europa do noroeste são, a esse respeito, extremamente reveladores pois permitem elaborar uma espécie de linha de convergência entre, de um lado a abordagem fenomenológica da paisagem que vem sendo esboçada a traços largos e, de outro lado uma abordagem mais diretamente jurídica e política (Olwig, 1996; 2001; 2002; 2005). Eles permitem estabelecer a hipótese de uma história das concepções e das representações da paisagem na Europa que seria mais complexa do que nós admitimos geralmente (e mais complexa, sem nenhuma dúvida, que aquela que foi sintetizada no início desta proposição). Essa história seria marcada pela coexistência de duas tradições paisagísticas ao menos, ou pela tensão entre duas abordagens específicas da paisagem (ao menos), que se trataria então de reconhecer na sua distinção e na sua articulação.

Assim, trabalhando sobre um corpus de textos jurídicos e políticos provenientes da Dinamarca e da Alemanha do norte, o geógrafo Kenneth Olwig, ampliando, aliás, uma análise apresentada por John Brinckerhoff Jackson e alguns outros, estabeleceu que as palavras *landskab* (Dinamarca), *Landschaft* (Alemanha), *landschap* (Países Baixos), *landskip* (Inglaterra), que são da mesma família, tem um significado inicial que é muito específico e que não corresponde de forma alguma à noção de “visão sobre um território”:

(1) A história e a formação das palavras *landscape*, ou *Landschaft*, etc., recorda Jackson, indica que a paisagem é “uma composição de espaços criados pelo homem sobre a terra”. Há um milênio, acrescenta ele, a palavra “não tinha nada a ver com a encenação ou a evocação do teatro”. Por conseguinte, a preocupação inicial daquele que estuda as paisagens é a forma como o espaço foi organizado pela comunidade. Ler a paisagem é destacar os modos de organização do espaço.

(2) Mas, além disso, acrescenta Olwig, a palavra *Landschaft* não parece ter *de início* um significado territorial, mesmo se adquirir este significado num segundo momento: ela designa menos um espaço que um tipo de governo político, que um regime político, que um tipo de Estado, se quisermos. O que quero dizer, portanto, é que o território, sua organização, seu aspecto visível constituem a tradução do *Landschaft*, ou seja, do direito político. O território é o espelho do direito e o seu prolongamento, e não o contrário.

(3) O *Landschaft* é, mais precisamente, uma entidade jurídico-política de um tipo específico: a) por um lado, é fundado sobre um conjunto de direitos consuetudinários (que na maioria dos casos serão coletados e transcritos a partir do século XVI apenas); b) por outro lado, a população do *Landschaft* soube conservar uma independência política, um relativo poder de autodeterminação em relação aos conjuntos políticos e administrativos mais vastos, sejam de tipo feudal ou monárquico.

Poderíamos tirar destas duas observações o argumento que a paisagem (considerada como *Landschaft*) está sobretudo do lado do “local” e do que, na linguagem política contemporânea, chamaríamos o “país” ou o “território”. Mais ainda, poderíamos relacionar a reconstrução histórica efetuada por Kenneth Olwig e a noção de “projeto local”, das quais Alberto Magnaghi (2003, p. 39) foi grande defensor na Itália nas suas análises sobre a “sustentabilidade política”:

Por sustentabilidade política entendo a capacidade real de autorregulação de uma comunidade local face as relações que mantém com os sistemas de decisão exógenos a outros escalões.

Haveria, assim, também na paisagem europeia os elementos de uma alternativa ao mesmo tempo historiográfica, teórica e política, à montagem ideológica da modernidade, a cujos aspectos constitutivos retomarei a seguir.

Esta alternativa corresponde razoavelmente bem à distinção estabelecida por John Brinckerhoff Jackson (2003) entre o que ele chama de “paisagem política” e “paisagem vernacular”.

A paisagem política, tal como a caracteriza Jackson, resulta da decisão de um poder central. Corresponde geralmente à realização de um ideal social, religioso e moral, e sua manifestação é mais visível quanto mais centralizado é esse poder. Essa paisagem torna visível o poder que personifica equipando certo número de lugares capazes de manifestá-lo: fóruns, jardins, praças públicas, monumentos. A paisagem política é, antes, a paisagem da grande escala, que manifesta as visões do poder e se estende através de um espaço percebido como homo-

gêneo e uma extensão a controlar. É marcada pelos grandes trabalhos que permitem organizar o território e delimitá-lo graças a fronteiras visíveis e teoricamente invioláveis. Os grandes dispositivos técnicos, as obras de arte, as pontes, os viadutos, as barragens, os aeroportos, as estações, as linhas de alta tensão, as linhas de trens de alta velocidade etc., manifestam também as escolhas e as decisões de um governo central.

Em relação a esse primeiro tipo de paisagem, Jackson distingue outro que se desenvolve em outra escala, a da proximidade, e que chama às vezes de “paisagem habitada”, às vezes de “paisagem vivida” e às vezes de “paisagem vernacular”. Esse tipo de paisagem personifica a nossa existência (o nosso *estar no mundo*), escreve ele, ao mesmo tempo em que traduz o fato de que somos habitantes do mundo. Ao contrário da paisagem política que quer ser a realização de uma ideia ou de um arquétipo de identidade, a paisagem vernacular é “existencial”, diz Jackson, o que quer dizer que a sua identidade não é determinada no princípio.

A elaboração vernacular da paisagem repousa, com efeito, sobre o *costume*, ou seja, não sobre um conjunto de princípios absolutos que viriam aplicar do exterior sobre o lugar, mas sobre um conjunto de hábitos, de *práticas*, de usos continuamente elaborados e ajustados ao contato com o lugar, numa relação de parceria, no curso do que poderíamos chamar uma *conversação* com o lugar. “Costumes”, “práticas”, “conversação”: estamos aqui no universo de uma racionalidade contextual, em permanente evolução, sem identidade definida *a priori* (Olwig, 2009).

O que podemos reter dessa análise é que a “política” e a “vernacular” parecem corresponder a duas modalidades paisagísticas ao mesmo tempo contemporâneas e concorrentes. São os dois polos simétricos e as duas escalas entre as quais toda a atividade paisagística se desenrola. Poderíamos dizer que a paisagem política responde a uma preocupação principal, que é a de organizar as relações entre os homens de modo que estas relações sejam ao mesmo tempo estruturadas e duradouras. O seu desafio consiste em ordenar e regular as trocas, as circulações, as distâncias, as localizações respectivas dos homens, mas também das mercadorias. Em outros termos, o significado assumido pela paisagem política é, sobretudo “horizontal”, e interno à sociedade, sem que seja necessário considerar a relação com as condições materiais ou naturais concretas desta paisagem. No outro polo, a noção de paisagem vernacular ou de paisagem vivida exprime o fato de que o ser humano é também um habitante do mundo, um ser vivo num ambiente, um habitante da terra e da natureza. Em outros termos tem um chão, e faz parte de um meio ao mesmo tempo material, vivo e simbólico, com o qual mantém constantemente relações materiais, sensíveis, imaginárias, práticas. O vernacular é, de certa maneira, o sinal da presença deste meio, em especial do meio natural, e deste chão. A paisagem vernacular evolui, de acordo com Jackson, em função das nossas tentativas de viver em harmonia com o mundo natural ao redor de nós. E, neste sentido, isso não tem um fim realmente determinado.

A questão da “durabilidade” se apresenta provavelmente dentro do espaço aberto entre a dimensão política e a dimensão vernacular das paisagens.

## Referências

- CASSIRER, E. Espace mythique espace esthétique espace théorique. In: \_\_\_\_\_. *Écrits sur l'art*. Paris: Éd. du Cerf, 1995. p. 101-122.
- CORBIN, A. *Le miasme et la jonquille*. Paris: Flammarion, 2008.
- DUNCAN, J.; DUNCAN, N. (Re)lire le paysage. In: STASZAK, J.-F. (Org.). *Géographies anglo-saxonnes: tendances contemporaines*. Paris: Belin, 2001. p. 212-225.
- HOWES, D. *Sensual Relations: Engaging the Senses in Culture and Social Theory*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2003.
- INGOLD, T. ***The perception of the environment***: essays on livelihood dwelling and skill. London: Routledge, 2000.
- JACKSON, J. B. *De la nécessité des ruines et autres sujets*. Paris : Éditions Du Linteau, 2005..
- JACKSON, J. B. *A la découverte du paysage vernaculaire*. Arles: Actes Sud/École nationale supérieure du paysage, 2003. MAGNAGHI, A. *Le projet local*. Sprimont: Mardaga, 2003.
- OLWIG, K. The Landscape of 'Customary' Law versus that of 'Natural' Law. In: \_\_\_\_\_. MITCHELL, D. (Eds.). *Justice Power and the Political Landscape*. London: Routledge, 2009. p. 11-32.
- \_\_\_\_\_. Representation and alienation in the political land-scape. *Cultural geographies* n. 12, p. 19-40, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Landscape Nature and the Body Politic: From Britain's Renaissance to America's New World*. Madison: University of Wisconsin Press, 2002.
- \_\_\_\_\_. Landscape as a contested topos of place community and self. In: ADAMS, P. C.; HOELSCHER, S.; TILL, K. E. (Eds.). *Textures of Place: Exploring Humanist Geographies*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2001. p. 93-117.
- \_\_\_\_\_. Recovering the substantive nature of landscape. *Annals AAG*, v. 86, n. 4, p. 630-653, 1996.
- PORTEOUS, J. D. *Landscapes of the Mind: worlds of sense and metaphor*. Toronto: University of Toronto Press, 1990.
- SCHAFER, R. M. *Le paysage sonore*. Paris: J. Cl. Lattès, 1979.